

Entrevista

Gilberto Vieira Presidente da Casas Açorianas – Associação de Turismo em Espaço Rural alerta para a necessidade de se melhorar as acessibilidades aéreas no arquipélago, sinalizando o problema causado pela falta de lugares disponíveis nos voos inter-ilhas

“É insustentável a constante falta de lugares nas viagens inter-ilhas”

PAULO SIMÕES
psimoes@acorianooriental.pt

Com a época alta quase a terminar que balanço faz da atividade turística enquanto presidente da Associação das Casas Açorianas em espaço rural?

Com a informação disponível neste momento, há, claramente, um conjunto de sinais de crescimento da globalidade das unidades nossas associadas, mas essa perceção varia de ilha para ilha e, mesmo dentro da mesma ilha, há discrepâncias em relação a essa tendência.

O vosso negócio foi de alguma forma penalizada pelos problemas do transporte aéreo que ao longo do verão foram sendo reportados em diversas ilhas?

É evidente que sim. E se essa é uma verdade que se aplica a todas as ilhas, nalgumas delas a irregularidade e a falta de ligações tornou-se quase dramática. São inúmeros os casos registados, sobretudo nas ilhas mais pequenas, de reservas canceladas com alguma antecedência ou mesmo em cima da hora, devido, precisamente, a recorrentes problemas de transporte.

Em São Miguel o turismo prospera. E nas restantes ilhas?

É óbvio que São Miguel detém a parte de leão do movimento turístico nos Açores, aliás como sempre foi desde o

incipiente início dessa atividade, há muitas décadas, entre nós. Os motivos, então, terão sido outros, desde a capacidade de iniciativa de alguns visionários da época, até à dimensão demográfica e económica da ilha, que gerava movimentações de pessoas com diversos interesses que, entre negócios e outras atividades privadas e públicas, tinham a oportunidade de contactar com as belezas naturais da ilha, tornando-se, no

São inúmeros os casos registados de reservas canceladas com alguma antecedência ou mesmo em cima da hora, devido a problemas de transporte

Existe já muita gente que opta à partida por outra ilha ou por um circuito que, mesmo incluindo São Miguel, permita usufruir de outras realidades e vivências

regresso, arautos desse paraíso desconhecido. Ora, o grosso das outras ilhas não tinha acesso a esse número elevado de população flutuante e, portanto, não dispunha desta vantagem “promocional”. Mesmo assim, estamos a falar de um movimento turístico incomensuravelmente inferior comparando à realidade de hoje.

Na realidade de hoje, entendo que a dimensão de São Miguel, a par das suas belezas naturais, continua a ser um baluarte fundamental para a atração de turistas, mas parece-me óbvio que a política de acessibilidades é o principal trunfo, mesmo numa altura em que, fruto de uma persistente aposta na promoção e divulgação das diferentes características das diversas ilhas, existe já muita gente que opta à partida por outra ilha ou por um circuito que, mesmo incluindo São Miguel, permita usufruir de outras realidades e vivências. Mas aqui surgem barreiras, nomeadamente ao nível dos transportes, problema que é indiscutivelmente marginal em São Miguel, por oposição a todas as restantes ilhas e, dentro destas, com dimensão mais penalizadora para umas do que outras.

Que soluções preconiza a Associação das Casas Açorianas em espaço Rural?

Pelas razões já atrás referidas, quase que me atrevia a dizer que são três os

Gilberto Vieira considera que os problemas dos transportes são o principal limitador do crescimento do turismo nos Açores

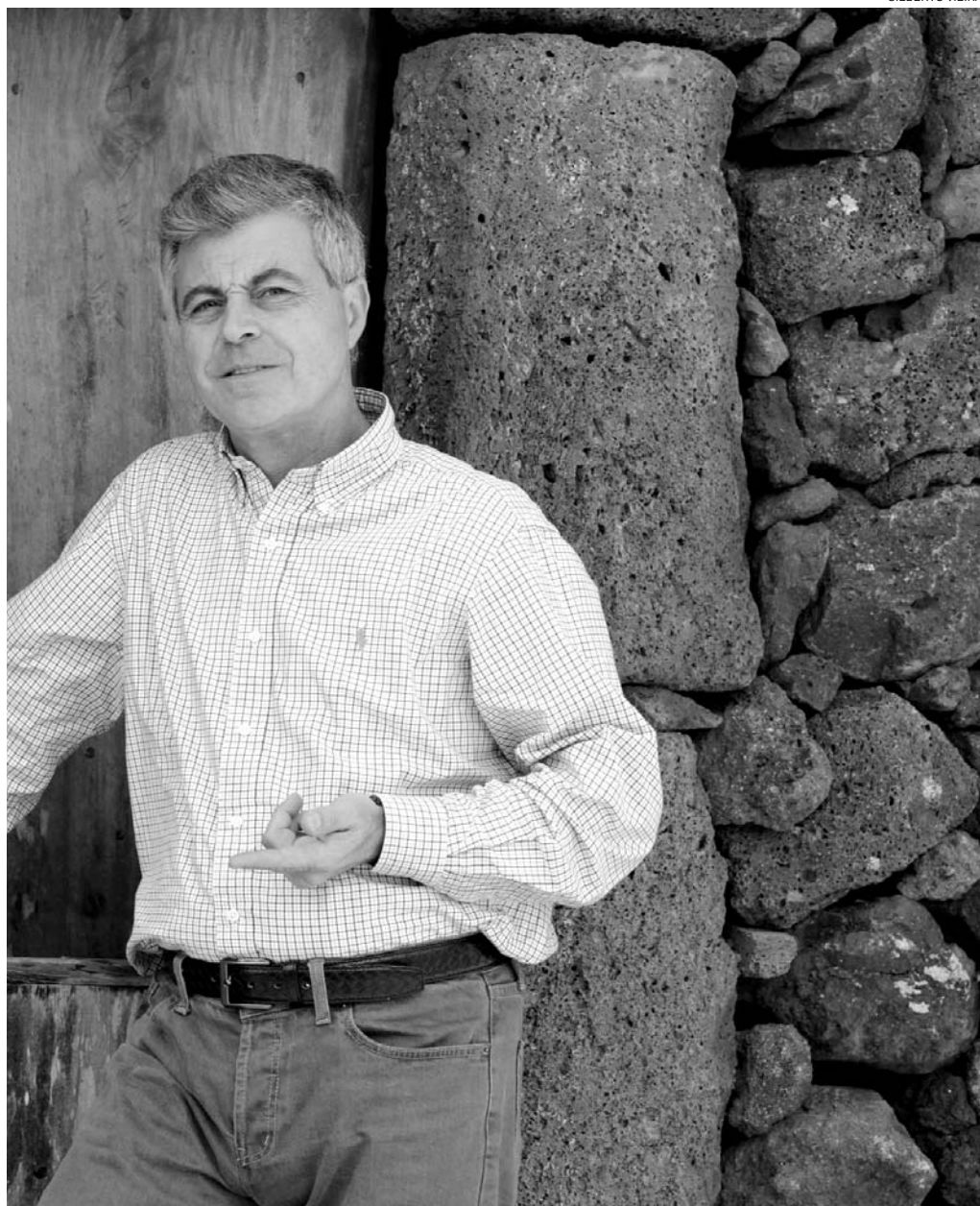
principais problemas: transportes, transportes, transportes.

Deixando de parte algum sarcasmo, o problema das acessibilidades é, atualmente, a grande questão. Na minha opinião, é insustentável para o desenvolvimento turístico dos Açores no seu todo a ausência de programação atempada que garanta acordos eficazes “interline”, como é insustentável a constante falta de lugares nas ligações inter-ilhas ou a recorrente alteração de horários que, muitas vezes, acarreta o cancelamento de alguns voos.

Posto isto, considero ser fundamental manter ou até intensificar o esforço de promoção, sublinhando características e até galardões de que algumas ilhas beneficiam, como por exemplo Reserva da Biosfera, Quality Coast, Paisagem Protegida da Vinha do Pico, Angra Cidade Património Mundial e vários Centro Interpretativos sobre variadas temáticas.

Da parte das Casas Açorianas temos unidades associadas disseminadas pelo arquipélago que mantêm um objetivo comum de proporcionar aos seus clientes o máximo de qualidade para responder aos interesses de um nicho de mercado que procura experiências úni-





GILBERTO VEIRA

“Quase que me atrevia a dizer que são três os principais problemas: transportes, transportes, transportes

Na minha opinião, é insustentável para o desenvolvimento turístico dos Açores no seu todo a ausência de programação atempada que garanta acordos eficazes “interline”, como é insustentável a constante falta de lugares nas ligações inter-ilhas

cas. Esse esforço dos membros da nossa associação continua a ser submetido a um processo de classificação de qualidade que visa garantir os padrões que são publicitados e mesmo nestas alturas de alguma indefinição, continuam a manter esses padrões.

Um pouco por toda a região vão surgindo diversos investimentos direcionados para o setor turístico. Corremos o risco de estar a dar um passo maior do que a perna?

Essa é uma situação com experiências recorrentes a nível global. Mesmo entre nós, desde que há poucas décadas o turismo se tornou uma atividade relevante na nossa economia, já assistimos a sobressaltos significativos, com hotéis a fechar por longos períodos e, consequentemente, com problemas sociais relacionados com o pessoal, ouvindo-se mesmo apelos ao Governo para tentar minimizar algumas situações dessas – o que parece irónico porque já havia alertas para o excesso de investimento nessa área, nessas alturas –, aparecendo agora novas propostas de investimento que, na minha opinião, para além de serem de necessidade no mínimo discutível, nesta altura, podem potenciar, por várias formas incluindo uma guerra de preços e pressão sobre o território, a banalização da imagem que tanto custou a divulgar do destino Açores.

Como se posiciona o Alojamento em Espaço Rural relativamente ao crescimento acentuado do Alojamento Local?

Essa é a pergunta que, provavelmente, mais vezes me fazem desde que essa

“**Há espaço para todos, desde que a legislação seja ajustada e cumprida, de modo a não prejudicar ou favorecer uma ou outra tipologia**

Que o novo POTRAA seja um instrumento amadurecido com os mais diversos contributos, que seja verdadeiramente eficaz

nova tipologia apareceu recentemente entre nós. A minha resposta continua a ser a mesma: há espaço para todos, desde que a legislação seja ajustada e cumprida, de modo a não prejudicar ou favorecer uma ou outra tipologia. E desde que más práticas não prejudiquem a nossa imagem global.

Tem apontado o dedo à legislação que, na sua opinião, constrange turismo em espaço rural... Porquê?

Isso mesmo. A legislação atual impõe um conjunto de regras apertadas para a atividade do turismo rural, regras que têm muitos anos e nunca revistas, apesar de toda a evolução que o turismo conheceu entre nós. Saliento que essas regras correspondem em boa parte àquilo que defendemos para preservar um produto de excelência que foi construído com muito trabalho e persistência por quem investiu neste segmento. E em tudo o que implica qualidade e autenticidade das unidades de turismo rural e de natureza mantém-se, por opção empenhada de quem investiu nesse nicho de mercado, por acreditar que o caminho é esse.

Porque é que apontamos o dedo à legislação em vigor? Porque os princípios que nortearam, com a nossa colaboração e concordância, visavam garantir um produto único e personalizado que hoje já

está, de alguma forma, “atropelado” por outras tipologias. Ou seja, nada impede que hoje se construa um hotel ou outra tipologia em espaço rural, beneficiando da imagem criada pelo conceito de turismo em espaço rural que tanto custou a afirmar, estando isentos de regras que ao TER continuam a ser impostas.

Um pequeno exemplo: como se explica que a única tipologia de alojamento que continua a ser obrigada a fornecer o pequeno almoço aos clientes incluído na tarifa de alojamento seja o TER? Não faz sentido não podermos comercializar separadamente o alojamento do pequeno almoço.

Já lá vão quase cinco anos desde a liberalização do espaço aéreo e do comitente “boom” turístico nos Açores. A região soube adaptar-se a esta mudança? Em que ponto está o Plano de ordenamento turístico dos Açores (POTRAA)?

Entendo que, de um modo geral, depois de um período de alguma surpresa, houve uma resposta relativamente bem-sucedida à nova realidade, com muitas falhas que persistem nos vários setores ligados à atividade, com avanços e recuos, nomeadamente a nível de serviços, mas ganhando-se algum “calo” no lidar diário com essas situações. Há, no entanto, muito a melhorar, sem dúvida, nos vários vetores que enquadram a atividade.

Concretamente sobre o novo POTRAA, não tenho informações concretas sobre isso. Sei, como é público, que o Governo se diz empenhado em criar um novo documento diretor da atividade, nas suas diversas valências, que já houve consultas e discussão sobre o mesmo, e que se pretende que seja um regulamento apertado para garantir a sustentabilidade do turismo nos Açores. E isso eu aplaudo, sem reservas – a sustentabilidade começa a ser, em tão relativamente pouco tempo de atividade turística nos Açores, o principal problema que temos que enfrentar.

Que o novo POTRAA seja um instrumento amadurecido com os mais diversos contributos, que seja verdadeiramente eficaz, é o meu profundo desejo. ♦

DIREITOS RESERVADOS



Casa de turismo rural situada na freguesia das Sete Cidades